

## *Uma história social da escrita de si: autobiografias e a escravidão nas Américas*

RAFAEL DOMINGOS OLIVEIRA\*

*O que as pessoas contam tem uma história que suas palavras e ações traem [...]; uma história que explica por que usam as palavras que usam, dizem o que dizem e agem como agem. [...] Suas afirmações não são simplesmente declarações sobre a “realidade”, mas comentários sobre experiências do momento, lembranças de um passado legado por precursores e antecipações de um futuro que desejam criar.*

Emília Viotti da Costa (1998: 15)

Os autores que se debruçaram sobre a história social (HOBSBAWM, 1998: 85-105; KAYE, 1984), procurando compreender seu desenvolvimento como disciplina histórica, são unânimes ao afirmar a dificuldade de traçar um percurso linear que dê conta de explicar o processo de consolidação dessa área como forma específica de abordar o passado. Entretanto, é também lugar comum o que a historiadora Hebe Mattos sintetiza, ao dizer que a história social “[...] mantém seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica” (CASTRO, 1997).

Além disso, tópico fundamental para o historiador social é o ponto de vista que adota – ou se esforça para fazê-lo: o dos sujeitos comuns, do povo, dos oprimidos e explorados, inseridos num conjunto de relações sociais pautados por sistemas de exploração de classe, gênero, sexualidade e raça<sup>1</sup>. É o que o filósofo alemão Walter Benjamin caracterizou, na década de 1940, como uma “história escrita a contrapelo” (BENJAMIN, 2013); ou nas palavras do historiador inglês E. P. Thompson, a “história vista de baixo” (THOMPSON, 1966).

Entretanto, são nos usos e abordagens dos diferentes documentos históricos que a história social mais se diferencia de outras perspectivas de compreensão do passado e, pelo

---

\*Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História e Historiografia da Universidade Federal de São Paulo e bolsista FAPESP.

<sup>1</sup> Categorias estas construídas de modo relacional no próprio processo histórico, e não fora dele.

que isso significa, do presente. O esforço para ouvir as vozes antes silenciadas, implica no grande desafio de reler os fragmentos do passado procurando deles extrair os projetos, experiências e anseios de sujeitos que, por motivos do próprio processo histórico, não puderam deixar um conjunto organizado de vestígios. E esse é o dado próprio das estruturas de exclusão a que estiveram submetidos.

Walter Benjamin, mais uma vez, nos dá notícias de um “anjo”, que é o anjo da história:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir de seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval. (BENJAMIN, 2013: 14)

Esta metáfora, ou antes imagem e ação, me parece elucidativa, na medida em que resgatar o papel de pobres, mulheres e homens negros na diáspora, imigrantes, trabalhadoras e trabalhadores, de orientações e experiências sexuais divergentes dos modelos instituídos, não é apenas uma profissão de fé de historiadores militantes. É isso também. Mas trata-se, fundamentalmente, de compreender que *Capitalismo*, *Patriarcado* e *Racismo*, para citar alguns exemplos, não são categorias prontas que se abatem sobre a realidade social, de forma completa ou voluntariosa, como entes de um mundo extra-humano. Mas são, pelo contrário, construídos e arregimentados no próprio processo histórico, impondo-se como projetos “vitoriosos”. Para melhor compreendê-los é necessário compreender antes sobre quais conflitos se construíram, sobre quais outros projetos se fizeram vencedores e, o

primordial: *quem* foram as pessoas que sucumbiram às ruínas? De *quem* o anjo da história é afastado pela tormenta do progresso?

A metáfora também é importante porque explica o esforço que é vasculhar as ruínas em busca destes fragmentos. Nesse sentido, os historiadores sociais se viram diante dos documentos oficiais, do legado dos “vencedores”, e destes fizeram matéria-prima da História. Com eles reformularam conceitos, criaram categorias, sondaram noções. Mas e quando é possível acessar os fragmentos deixados pelos que supostamente haviam sido silenciados? Este é o caso das narrativas autobiográficas, documentos cada vez mais presentes nos trabalhos historiográficos contemporâneos. Neste caso, historiadores sociais envolvidos com as problemáticas acima, veem-se diante dos registros em primeira pessoa e, com isso, são logo iludidos pelas fontes que escolhem. Ilusão porque as autobiografias estão, como quaisquer outros documentos históricos, submetidas à complexidade inerente da produção humana ao longo do tempo. Com isso, elas não são mais verdadeiras do que um relato em terceira pessoa, nem mais objetivas do que uma versão, entre muitas, de um acontecimento. Na verdade, autobiografias, como a discussão atual parece evidenciar, são verdadeiros mananciais onde se encontram estruturas e processos, em movimento e contradição, e daí sua enorme riqueza, bem como sua complexidade, como documentos históricos.

Partindo dessa complexidade, neste texto proponho uma reflexão sobre a noção de *escrita de si* a partir do arcabouço da história social. Para isso, lanço algumas reflexões sobre autobiografias de mulheres e homens negros escravizados, entre os séculos XVIII e XIX. Ao eleger, de uma variedade de possibilidades, estes aspectos especificamente, espero contribuir para os estudos que discutem a importância de textos autobiográficos para a construção do conhecimento histórico, em especial para a historiografia da escravidão nas Américas.

\*\*\*

Há uma ideia, compartilhada por bons historiadores, de que os africanos escravizados e seus descendentes não produziram documentos históricos, dada a própria realidade da escravidão e exploração do trabalho a que estavam submetidos. Chega-se a

dizer, no Brasil, que um evento trágico como o incêndio de um arquivo com documentos referentes à escravidão, praticamente impossibilitou seu estudo. Tudo fica na conta de Rui Barbosa, hoje responsável por destruir quase quatro séculos de História. O fato é que ele não fez isso. O incêndio sim, mas não o apagamento do passado. O que se vê é antes a ausência – por desconhecimento ou perspectiva adotada – de uma massa considerável de documentos produzidos pelos escravizados, seja pela cultura material, pelo universo intangível das tradições simbólicas, ou pela prática do registro escrito.

A primeira vez que tomei nota da existência de autobiografias escritas por escravizados e libertos foi com a leitura de um capítulo de *O navio negreiro: uma história humana*, do historiador estadunidense Marcus Rediker (REDIKER, 2011). Neste, fica evidente o espanto e o terror presentes naquele que foi um dos principais relatos do tráfico atlântico de africanos a partir da perspectiva de um escravizado (EQUIANO, 1789). A grande surpresa foi saber que este era apenas um exemplo de um conjunto de quase 300 narrativas de escravizados e libertos produzidas entre os séculos XVIII e XIX. E 300 é um número grande levando-se em consideração o fato de tratarem-se de relatos de uma média de 250 páginas cada. Há, neste caso, um alto grau de detalhamento e descrição, a fim de ser compreendidos pelos estudiosos da escravidão.

O esforço de historiadores sociais na compreensão da escravidão por meio da experiência de escravizados pode ser mensurado por trabalhos realizados no Brasil nos últimos anos, e que têm aberto portas fundamentais para a historiografia. A tese de Regina Célia Lima Xavier, defendida na Universidade Estadual de Campinas no ano 2002, é um exemplo desse esforço. Em *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, a historiadora traça a trajetória de Tito, escravizado liberto na segunda metade do século XIX, a fim de compreender a história do fim da escravidão e o trabalho livre. Foi a partir da história de vida de Tito que Xavier sondou o papel das revoltas escravas, das alianças entre escravizados e livres, de senhores e administradores locais, das irmandades religiosas, e a forma como este sujeito circulou nas fazendas, e também na cidade, mobilizando elementos daquela sociedade em nome de sua própria sobrevivência.

Para isso, percorreu arquivos e bibliotecas a fim de encontrar fontes que lhe aproximassem do nome a que intuía acompanhar. Como a própria autora aponta, “parte

dessas investidas foi totalmente infrutífera devido às dificuldades de reconhecer as pessoas envolvidas” (XAVIER, 2002: 7). Como forma de contornar este problema, optou por recorrer a documentos que expressam visões, ou que revelam experiências, sobre o tempo e o espaço nos quais Tito havia vivido. Na ausência de fontes produzidas pelo próprio Tito, Xavier se debruçou sobre fontes produzidas por sujeitos os quais Tito poderia ter conhecido, ou mesmo que não isso, que viveram e se envolveram na mesma conjuntura que ele.

Como resultado, Xavier nos apresenta um trabalho no qual Tito é o fio condutor, mas que acaba por traçar menos sua experiência e mais aspectos conjunturais daquela sociedade. A meu ver, a ausência de Tito na documentação, acabou por representar sua ausência no próprio trabalho, embora ele esteja lá a todo instante, mesmo quando não dito. Este problema deve ser compreendido a partir da escolha que a historiadora fez àquela altura, de preencher as lacunas documentais com o que havia de informação sobre a sociedade campineira. Desse modo, ela possibilita ao próprio leitor o exercício da imaginação histórica, artifício a que se deve recorrer para compreender a forma como Tito pode, ou não, ter vivido os processos a que a autora se refere.

Trabalho muito parecido, mas que aponta para outras possibilidades, é o de Gabriela dos Reis Sampaio, em *A história do feiteiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial* (SAMPAIO, 2000). A tese defendida na mesma universidade que a anterior, dois anos antes, também procura recompor a trajetória de um sujeito imerso na experiência da escravidão e que, assim como Tito, elaborou estratégias para fazer frente a essa realidade e assegurar sua sobrevivência. Diferente de Regina Xavier, entretanto, Gabriela Sampaio se deparou com Juca Rosa desde o início da pesquisa. Seu nome aparecia vez ou outra na documentação pesquisada, o que oferecia a autora pistas sobre onde encontrá-lo. Ainda assim, Sampaio teve que recorrer à história vista a contrapelo, pois seu sujeito não se apresentava diretamente nas fontes. Assim, foi consultando processos crimes, textos satíricos, teses médicas, entre outros, que foi possível aproximar-se de Juca Rosa. E essa aproximação, pela própria forma que forçosamente os documentos foram tomados, acabou por revelar mais que Juca Rosa: ali se apresentaram, também, concepções de doenças e curas de diferentes sujeitos que viveram a Rio de Janeiro de 1870.

A base metodológica a que ambas historiadoras se apoiaram, possui como referências fundamentais obras de Carlo Guinzburg (GUINZBURG, 2006), Giovani Levi (LEVI, 2000) e Natalie Zemon Davis (DAVIS, 1987), o que demonstra o esforço das autoras de não apenas traçar a trajetória individual, mas de compreendê-la à luz da experiência social, da sociedade de modo mais amplo. Assim, compreende-se a vida de Tito de Camargo e de Juca Rosa, mas também, e principalmente, do mundo em que viviam. E isso, em função do trabalho árduo desenvolvido com as fontes.

A experiência de pesquisa de Regina Xavier e Gabriela Sampaio, entretanto, se afasta da minha própria, na medida em que posso acessar documentos escritos pelos sujeitos a que busco compreender a experiência. Inicialmente, isso representou uma ilusão para mim, a de que uma vez acessando esses documentos eu poderia, igualmente, acessar plenamente a experiência de seus autores. Isso me afastava, de algum modo, de todo um arcabouço produzido pela história social. Mas bastou o primeiro contato com estas fontes para que percebesse que os problemas não estavam minimizados e que, sim, era a própria experiência de historiadores sociais que me possibilitaria desenvolver a pesquisa.

Quando iniciei as leituras que discutem o uso de autobiografias como fontes históricas, entretanto, fui levado a uma noção muito pouco compartilhada por estes historiadores: a de *escrita de si*. A maior parte dos estudos que lançaram mão de documentos como os que utilizo partem do referencial foucaultiano, uma vez que foi o filósofo francês que sistematizou e refletiu sobre a dinâmica da autonarrativa (GOMES, 2004; RAGO, 2013). A mobilização dessa referência foi muito importante para o avanço das considerações iniciais sobre as autobiografias, mas também me possibilitou uma série de questionamentos. Mas o que é a *escrita de si* de Foucault, e quais problemas essa noção pode suscitar em minha própria experiência de pesquisa?

Se o Foucault dos anos 1960 havia declarado a “morte do Homem”, no que ficou conhecida como sua “fase arqueológica”, nos anos 1980 é possível afirmar que o filósofo francês retomou a noção de sujeito em suas considerações sobre o passado e o processo histórico. Uma das facetas dessa retomada se evidencia na “Estética da Existência”, um conjunto de reflexões construídas, sobretudo, no terceiro volume da *História da sexualidade* que objetivava deslindar “como havia se constituído, para o próprio sujeito, a experiência de sua sexualidade como desejo” (FOUCAULT, 2012: 281). A dimensão da

experiência, que não se furta da ideia de um sujeito, portanto, ganha importância no interior do pensamento foucaultiano. É justamente neste momento que o texto “A escrita de si” é publicado, em fevereiro de 1983.

O processo de constituição do sujeito no mundo ocidental é visto, por Foucault, como resultado, entre outras coisas, de uma escrita voltada para si, associada, como nos textos de Epíteto, “ao exercício do pensamento sobre ele mesmo que reativa o que ele sabe, torna presentes um princípio, uma regra ou um exemplo, reflete sobre eles, assimila-os, e assim se prepara para encarar o real” (FOUCAULT, 2012b: 143). Para esboçar esse quadro, Foucault retorna aos textos clássicos greco-romanos. Neles, encontra duas vertentes da *escrita de si*: os *hupomnêmata*, “cadernetas individuais que serviam de lembrete” (IDEM: 144), e as correspondências, “textos que são enviados a outros” (IDEM: 149).

No primeiro caso, estas cadernetas eram receptáculos de anotações que se constituíam de reflexões, fragmentos, pensamentos e citações que faziam referências a ações presenciadas ou de narrativas lidas, espécie de “memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas” (IDEM: 144). Possuíam uma função prática, na medida em que a elas se recorria quando da necessidade de se recuperar algo que a memória deixava escapar. Os *hupomnêmata*, entretanto, não eram propriamente narrativas de si mesmo,

[...] não têm como objetivo esclarecer os *arcana conscientiae*, cuja confissão – oral ou escrita – tem valor de purificação. O movimento que eles procuram realizar é o inverso daquele: trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito; reunir o que se pôde ouvir e ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si. (IDEM: 145)

O que esses espaços de inscrições possibilitavam, dessa forma, era uma *subjetivação do discurso*, isto é, não a criação de algo devidamente possível de ser chamado inédito, mas sim a “novidade” produzida por meio da reelaboração de coisas já ditas (ou vistas) pelos outros. Os *hupomnêmata* devem ser inseridos, assim, numa “cultura fortemente marcada pela tradicionalidade” (FOUCAULT, 2012b: 146), uma vez que se constituem como um amontoado de situações e recordações do passado que se recombina a partir da circunstância na qual são resgatados.

Para Foucault, estes textos só contribuem para a formação de si por três razões. A primeira porque constituem espécie de guia ou exemplo, isto é, “fixando os elementos adquiridos e constituindo de qualquer forma com eles ‘o passado’, em direção ao qual é sempre possível retornar e se afastar” (IDEM: 147). A segunda razão consiste na escolha e organização de elementos inicialmente heterogêneos, mas que se tornam menos dispersos por meio de “uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso” (IDEM: 148).

A terceira razão é que ao coletar e reorganizar coisas já ditas, em contextos de uso circunstancial, o dono do caderno cria sua própria identidade. Nas palavras de Foucault, “assim como um homem traz em seu rosto a semelhança natural com seus ancestrais, também é bom que se possa perceber no que ele escreve a filiação dos pensamentos”. Por esses motivos, ainda que não haja nada de inédito, em termos de invenção narrativa, as anotações de coisas já ditas, quando combinadas de diferentes formas, criam algo novo – mas sem romper com a tradição. Constitui uma *escrita de si* na medida em que emerge do passado um sujeito não de todo apartado dele, mas por ele (passado) inteiramente modificado.

No caso das correspondências, tratam-se especificamente de exercícios de escrita pessoal, mas direcionadas a – e produzidas para – outros. Aqui, escrita e leitura se constroem como movimentos de um mesmo processo: ao se exteriorizar no texto escrito, toma-se consciência de si próprio. O relato epistolar, assim, “trata de fazer coincidir o olhar do outro a aquele que se lança a si mesmo ao comparar suas ações cotidianas com as regras de uma técnica de vida” (IDEM: 157).

Desse conjunto de reflexões, infere-se a importância da noção de indivíduo, possível somente mais tarde, na Modernidade. Quando a noção de indivíduo se consolida, surgem os primeiros esboços de uma possibilidade autobiográfica<sup>2</sup>. E daí a categoria *escrita de si* ter sido a chave a que quase sempre os estudos sobre autobiografias se referem.

Por tudo isso, a noção de Foucault sobre o papel da escrita de si para a constituição do indivíduo moderno me pareceu fundamental para compreender as autobiografias de

---

<sup>2</sup> Sobre a relação entre a produção autobiográfica e as transformações no domínio do espaço público, ver SENNET, 2014.



escravizados, pelo que elas são antes de tudo: autonarrativas. Inicialmente constatei que a maior parte dos estudos que se debruçaram sobre elas se concentrava na Teoria e Crítica Literária<sup>3</sup>. A concepção da autobiografia como gênero literário, entretanto, acabou por negar o estatuto de documento histórico a estes escritos. Inevitavelmente, deu-se mais atenção ao *texto*, como produto final, do que às tensões de sua produção no interior das relações sociais, e desconfio que isso se exacerbou por meio das considerações sobre a *escrita de si*.

O que quero dizer é que as reflexões de Foucault apontam para aspectos importantes do processo de escrita como de *constituição do sujeito*. Entretanto, elas não avançam no que diz respeito a *quem é* este sujeito. Se este se constitui no texto, como é possível concluir até então, é porque antes dele, e antes da própria ação de escrever, o sujeito se constitui na sociedade, por meio das relações a que nela se submete. Relações das quais também é sujeito de ação e, por isso, de reelaboração. A pergunta não é bem a do *como* se constitui na escrita, mas a do *por que* e sob *quais* condições o realiza.

A autobiografia de William Grimes, *Life of William Grimes, the runaway slave. Written by himself*, publicada em New York em 1825, é uma pista para compreender este aspecto. Grimes (1784-1865) nasceu no estado de Virginia, e foi escravizado, como aponta, por cerca de dez senhores diferentes. Em 1814 consegue fugir, por meio de um navio, para New York, e de lá vai para New England, tornando-se um empresário. Finalmente se instala em New Haven, Connecticut, onde se casa, forma família e constrói seu próprio negócio: uma barbearia de sucesso na região. Algum tempo depois Grimes é denunciado por um guarda que o reconhece como um escravizado fugitivo e é obrigado a dar tudo o que pertence ao seu antigo senhor, em troca de sua liberdade. Quando publica sua autobiografia em 1825, não deixa dúvidas quanto a sua intenção: pretende recolher dinheiro com a venda do livro, a fim de recuperar a vida digna que lhe fora roubada, deixando-o na miséria.

Mas a forma como conclui seu texto é ainda mais interessante do que a sua trágica história:

Eu espero que alguém compre meus livros como caridade, mas eu não sou mendigo. Agora estou totalmente destituído de propriedade; onde e como

---

<sup>3</sup> Como no caso da maior antologia sobre escritos afro-americanos, em GATES Jr; MCKAY, 2004.

viverei eu não sei; onde e como vou morrer eu não sei, mas espero que eu possa estar preparado. Se não fosse pelas marcas em minhas costas que foram feitas enquanto eu era um escravo. Pela minha vontade, deixo minha pele como um legado para o governo, desejando que ela possa ser retirada e transformada em pergaminho, e em seguida, unida à Constituição gloriosa da feliz e livre América. Deixo a pele de um escravo americano, unida à Carta da Liberdade Americana. (GRIMES, 1825: 68) <sup>4</sup>

Ao escrever sua história, ao escrever sobre si, Grimes tomou nota de que sua experiência seria outra, “não fosse pelas marcas em suas costas”. A condição de escravizado o colocou numa situação de exploração, como descreve em todas as mais de 60 páginas de seu relato. E mesmo depois, vivendo em liberdade, sua condição anterior não foi de todo superada: a miséria na qual se encontrava era fruto da perda de seus bens em troca da alforria. A escravização é uma condição, como evidencia em sua narrativa, e não uma essência do seu ser. Sua constituição como sujeito, nos termos da *escrita de si*, se dá na condição que lhe é imposta a partir de seu nascimento, mas também nas diversas tentativas de fuga, que finalmente terminam em 1814, quando vai para New York. Constitui-se como sujeito em seu texto, mas somente a partir de sua experiência como um homem negro escravizado que resiste de diferentes formas à própria escravização, como condição, e à escravidão, como sistema de exploração do trabalho de alguns sobre muitos.

O mais importante, entretanto, está no sentido que atribui ao seu próprio texto, que é mais do que somente arrecadar algum valor para sua sobrevivência e a de sua família: o legado da liberdade. Quando Grimes sugere que sua pele está unida à constituição da liberdade americana, o motivo para a publicação de seu texto ultrapassa o nível pessoal e se instala na dimensão do coletivo. Seu “legado” é a luta pela liberdade, e aqui se deve compreender o *porque* de sua escrita.

A importância de textos como o de Grimes se encontra, portanto, menos no conteúdo *per se*, e mais na forma como o autor da narrativa optou por expor sua vida, diante do problema geral no qual se via envolvido. Isso pode nos parecer uma obviedade,

---

<sup>4</sup> “I hope some will buy my books from charity, but I am no beggar. I am now entirely destitute of property; where and how I shall live I don't know; where and how I shall die I dont know, but I hope I may be prepared. If it were not for the stripes on my back which were made while I was a slave. I would in my will, leave my skin as legacy to the government, desiring that it might be taken off and made into parchment, and then bind the constitution of glorious happy and free America. Let the skin of an American slave, bind the charter of American Liberty.” (tradução minha)

em termos de consideração histórica. No entanto, não foi essa a forma com a qual a historiografia tratou estes documentos. Este tipo de perspectiva impõe duas ordens de problemas. A primeira diz respeito ao fato de que todo documento legado pelos sujeitos do passado exigem um olhar crítico por parte do historiador. Isso quer dizer que documentos que, como as autobiografias, supostamente permitem o acesso direto à experiência passada, são tão complexos como quaisquer outros, em termos de análise. Neles se avulta a “ilusão da verdade”, de um texto que, por ser narrado em primeira pessoa, se torna mais “confiável” do que outros. Essa ilusão pode fazer com que o historiador tome o escrito como fato, esvaziando o próprio processo histórico, destituindo-o de movimento e contradição. Um exemplo disso é a forma como, durante muitos anos, a literatura de viagem foi utilizada na historiografia brasileira, o que só mudou há pouco<sup>5</sup>. Durante muito tempo os historiadores e cientistas sociais se referiram a estes documentos como exemplares não de um passado possível, mas como dados “mais” verdadeiros, testemunhos da realidade. O resultado foi a reprodução de uma variedade de mitos, como o da democracia racial e do homem cordial, que estavam já presentes nos olhares estrangeiros, antes de serem esboçados por Gilberto Freyre (FREYRE, 2010), no caso do primeiro, e por Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1997), no segundo.

Cientes de problemas como este, os historiadores sociais viram-se diante do desafio de explorar as potencialidades de documentos nos quais a experiência popular estaria supostamente ausente, como no caso de documentos oficiais e seriais, entre outros, assim como o fez Regina Xavier e Gabriela Sampaio. Perceberam que se tratava mais de deslocar o modo como olhavam para qualquer documento histórico do que procurar aqueles mais “confiáveis” em termos do sujeito a que se referiam. Era mais uma questão de *abordagem* do que de encontrar o documento perfeito. Nesse caso, todo e qualquer documento estava submetido a um olhar crítico sobre o passado.

A segunda ordem de problemas está relacionada à crítica a “ilusão da verdade” que, levada ao extremo, acabou por esvaziar o estatuto histórico das autobiografias, tornando-as um subgênero literário, ficção. Evidentemente, a Crítica Literária produziu, e ainda produz, estudos importantes sobre autobiografias a partir desta perspectiva. No entanto, isso pouco

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre a historiografia e a literatura de viajantes, ver BELUZZO, 1994; LISBOA, 2011; FRANCO, 2008; PRATT, 1999; SÜSSEKIND, 1990.

informa o trabalho do historiador, que se vê diante de questionamentos de outra natureza. A confiabilidade destes textos é um tema no qual é possível perceber essa divergência.

A bibliografia sobre as autobiografias de escravizados, na perspectiva da Crítica Literária, constantemente questionam a máxima de verdade contida nestes textos. Geralmente afirmam que os autores não escreveram sobre suas reais experiências, tendo ficcionalizado suas vidas. Daí importa compreendê-las como texto literário, e não histórico. Ocorre que, ao tomar essa postura, se reivindica o oposto da “ilusão da verdade”, e da mesma forma esvazia-se o movimento histórico.

Uma autobiografia que de modo recorrente aparece em estudos literários sobre a produção de negros escravizados e libertos, é *The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the african*, de 1789, citada anteriormente. O crítico literário Vincent Carretta, questiona se o autor do texto teria mesmo nascido na terra dos ibos (na atual Nigéria), como afirmava. Segundo Carretta, Equiano poderia ter nascido na Carolina do Sul e criado uma história ficcional a respeito de si, auto atribuindo-se origens africanas como uma forma deliberada de trazer mais realismo à narrativa e, através disso, combater o tráfico (CARRETA, 1999: 96-105).

Para o historiador Marcus Rediker, entretanto,

Se Equiano nasceu na África Ocidental, está dizendo a verdade sobre sua escravização. [...] Caso tenha nascido na Carolina do Sul, ele só podia saber o que sabia absorvendo o conhecimento e a experiência dos que nasceram na África e atravessaram a temível Passagem do Meio a bordo de um navio negreiro. Assim sendo, ele se teria tornado o historiador oral, o guardião da história comum, uma espécie de *griot* do navio negreiro, do que decorre que seu relato não é menos fiel à experiência original, diferindo apenas em suas fontes e em sua gênese. (REDIKER, 2011: 109)

Assim, não constitui problema central, para historiadores sociais, a veracidade ou não das informações contidas numa autobiografia; elas podem ou não ser atestadas. A questão fundamental está na escolha, na organização, por parte de seu autor, das informações as quais se refere como “sua vida”, porque forja uma unidade temporal e de acontecimentos “vividos” que cumpre uma função no tecido das relações sociais das quais emerge. Equiano pode ter nascido na terra Ibo, ou na Carolina do Sul. Mas o fato é que ao

dizer que nasceu entre os Ibos, ele optou por ser lido como um africano e, considerando o que vem a seguir em seu relato, isso foi fundamental para o sentido de combate ao tráfico que este texto cumpriu quando se tornou público.

Algo próximo disso é afirmado por um próprio teórico da literatura, Phillipe Lejeune, em *O pacto autobiográfico*, de 1975. Para Lejeune,

A promessa de dizer a verdade, a distinção entre verdade e mentira constituem a base de todas as relações sociais. Certamente é impossível atingir a verdade, em particular a verdade de uma vida humana, mas o desejo de alcançá-la define um campo discursivo e atos do conhecimento, um certo tipo de relações humanas que nada têm de ilusório. A autobiografia se inscreve no campo do conhecimento histórico (desejo de saber e compreender) e no campo da ação (promessa de oferecer essa verdade aos outros), tanto quanto no campo da criação artística. É um ato que tem consequências reais. (LEJEUNE, 2008: 104)

O que Lejeune aponta é, em síntese, que não há, na produção social da escrita, uma separação entre a forma e o conteúdo<sup>6</sup>. Essas dimensões são indissociáveis e, se o conteúdo de um texto revela aspectos importantes de determinada sociedade, a forma que organiza este conteúdo é também histórica e produzida socialmente. Os historiadores sociais da escravidão chegaram a essa conclusão, no trato com documentos os mais diversos, desde a década de 1980. Aquele que lançar o olhar para as autobiografias, especialmente aquelas produzidas por escravizados, deve estar atento a esta lição básica.

A *escrita de si* é, assim, uma categoria útil, na medida em que ressalta a constituição de um sujeito forjado pela/na escrita. Mas isso só se torna uma chave para o trabalho do historiador social quando a questão deixa de ser apenas o “como” isso se realiza e passa a ser também o “por que” se realiza. O sujeito que se constitui na escrita não é autônomo diante do mundo do qual faz parte. Portanto, compreender a forma como escreve, mas sobretudo, o porque o realiza, num conjunto amplo de possibilidades, é o que torna as autobiografias um documento fecundo para o trabalho do historiador social.

---

<sup>6</sup> “Essas relações, se vistas de modo adequado, são em si mesmas relações sociais e históricas, com evidências diretas nas formas de escrita”. (WILLIAMS, 2014: 3)

### Referências Bibliográficas

- BELUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Edição Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994, 3 vols.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- CARRETTA, Vincent. "Olaudah Equiano or Gustavus Vassa? New light on an Eighteenth-Century question of identity". *Slavery and Abolition*. 20, 3. 1999, pp. 96-105.
- CASTRO, Hebe. "História social" In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- EQUIANO, Olaudah (Gustavus Vassa). *The Interesting Narrative and the life of "Olaudah Equiano" or Gustavus Vassa, the African*. London, 1789.
- FOUCAULT, Michel. "Escrita de si" In: *Ditos e Escritos*. Vol. 5. São Paulo: Forense, 2012b.
- \_\_\_\_\_. "Uma estética da existência" In: *Ditos e Escritos*. Vol. 5. São Paulo: Forense, 2012.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora*. Viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2010 (1933).
- GATES JR., Henry Louis; MCKAY, Nellie Y. (ed.). *The Norton Anthology of African American Literature*. New York: Norton & Company, 2004.
- GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRIMES, William. *Life of William Grimes, the Runaway Slave*. New York, 1825.
- HOBBSAWM, Eric. "Da história social à história da sociedade"; In: *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 82-105.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (1936)
- KAYE, Harvey. *The British marxist historians: an introductory analysis*. Oxford: Polity Press, 1984.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil, 1893-1942*. Hucitec/FAPESP: 2011.

PRATT, Marie Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Tese (doutorado), IFCH, UNICAMP, 2000.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

THOMPSON, Edward P. "History from below". *The Times Literacy Supplement*. Londres, 1966, pp. 279-280.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Tese (doutorado), IFCH, Unicamp, 2002.